



BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	70.559	25.193	3.466	2.268
Contas a receber de clientes	30.108	24.501	2.919	4.058
Impostos a recuperar	525	534	33.147	33.313
Despesas antecipadas	8.353	6.161	3.356	3.861
Mútuos a receber de partes relacionadas	57.865	141.136	6.503	2.507
Outras contas a receber	9.661	4.694	-	37.981
Total do ativo circulante	177.071	202.219	54.565	86.794
Não circulante				
Impostos diferidos	17.580	15.808	9.416	7.919
Impostos a recuperar	3.905	2.950	11.646	12.979
Depósitos judiciais	19.824	28.525	44.417	42.465
Imobilizado	54.242	48.588	2.027	2.222
Intangível	128	106	-	-
Total do ativo não circulante	95.679	95.977	67.506	65.585
Total do ativo	272.750	298.196	272.750	298.196
Passivo Circulante				
Empréstimos e financiamentos			3.466	2.268
Fornecedores			2.919	4.058
Obrigações sociais			33.147	33.313
Obrigações fiscais			3.356	3.861
IRPJ e CSLL a recolher			6.503	2.507
Dividendos a pagar			-	37.981
Outras contas a pagar			5.174	2.806
Total do passivo circulante			54.565	86.794
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos			9.416	7.919
Obrigações fiscais			11.646	12.979
Provisão para contingências			44.417	42.465
Passivo atuarial com plano médico			2.027	2.222
Total do passivo não circulante			67.506	65.585
Patrimônio líquido				
Capital social			137.759	137.759
Reserva de lucros			11.592	7.153
Ajuste de avaliação patrimonial			1.328	905
Total do patrimônio líquido			150.679	145.817
Total do passivo e patrimônio líquido			272.750	298.196

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	519.895	476.851		
Custo dos serviços prestados	(272.757)	(264.234)		
Lucro bruto	247.138	212.617		
Despesas (receitas) operacionais				
Vendas	(5.883)	(2.528)		
Gerais e administrativas	(135.068)	(113.125)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.003	(1.312)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro	113.190	95.652		
Despesas financeiras	(3.447)	(2.244)		
Receitas financeiras	6.808	1.880		
Resultado financeiro	3.361	(364)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116.551	95.288		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(47.248)	(32.290)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.990	(1.208)		
Lucro líquido do exercício	71.293	61.790		
Lucro por ação	0,52%	0,45%		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucro a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	20.317	4.063	-	117.442	1.295	-	143.117
Aumento de capital (Nota 18)	117.442	-	-	(117.442)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.790	61.790	-
Reserva legal (Nota 18)	-	3.090	-	-	(3.090)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 18)	-	-	-	-	(20.719)	(20.719)	-
Dividendos adicionais propostos (Nota 18)	-	-	-	-	(37.981)	(37.981)	-
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	(390)	(390)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137.759	7.153	-	-	905	-	145.817
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.293	71.293	-
Reserva legal (Nota 18)	-	3.565	-	-	(3.565)	-	-
Retenção de lucros	-	-	874	-	(874)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 18)	-	-	-	-	(66.854)	(66.854)	-
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	423	423	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137.759	10.718	874	-	1.328	-	150.679

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	71.293	61.790		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	6.074	4.129		
Custo residual de ativo permanente baixado	236	437		
Constituição (reversão) de provisões para créditos de liquidação duvidosa	3.875	(148)		
Constituição (reversão) de provisões para contingências	1.952	(3.425)		
Provisão para passivo atuarial com plano de assistência médica	446	299		
Outras provisões	2	29		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	45.258	33.498		
Juros e variações monetárias provisionadas	(4.488)	(413)		
Aumento (redução) dos ativos operacionais	130.624	97.022		
Contas a receber	(9.482)	(1.974)		
Impostos a recuperar	(946)	(236)		
Despesas antecipadas	(2.191)	(1.759)		
Outras contas a receber	(4.967)	356		
Depósitos judiciais	8.701	8.588		
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.138)	741		
Obrigações sociais	(165)	1.685		
Obrigações fiscais	(1.839)	107		
Outras contas a pagar	2.368	(15)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	120.965	104.515		
IRPJ e CSLL pagos ou retidos	(43.252)	(29.940)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	77.713	74.575		
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Recursos repassados a partes relacionadas	(31.524)	(232.511)		
Recursos recebidos de partes relacionadas	114.793	203.514		
Aquisição de imobilizado e intangível	(11.986)	(12.781)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	71.283	(41.778)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	4.163	9.663		
Empréstimos e financiamentos pagos	(2.432)	(1.167)		
Juros pagos	(525)	(155)		
Dividendos pagos	(104.836)	(20.719)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(103.630)	(12.378)		
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	45.366	20.419		
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	70.559	25.193		
Saldo inicial	25.193	4.774		
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	45.366	20.419		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Proforte SA, Transporte de Valores (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e outros. A Companhia está sediada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida São Francisco, 497 e tem filiais para prestação de serviços nos Estados de Tocantins, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. **2. Base de preparação:** **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e com o *International Financial Report Standares (IFRS)*. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 10 -** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. **• Nota Explicativa nº 12 -** Ativo imobilizado (estimativa de vida útil). **• Notas Explicativas nºs 8 e 16 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **• Nota Explicativa nº 17 -** Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **6. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional:** **a.** A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, possam ser mensuradas de forma confiável. **b. Instrumentos financeiros:** **(i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos estão representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **c. Imobilizado: (iv) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(v) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(vi) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
Beneficência em imóveis de terceiros 10 a 25 anos
Instalações 3 a 25 anos
Máquinas e equipamentos 3 a 25 anos
Móveis e utensílios 5 a 10 anos
Veículos 3 a 15 anos
Equipamentos de informática 4 a 10 anos
Armadamentos e equipamentos de vigilância 2 a 20 anos

d. Redução ao valor recuperável (impairment): (vii) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **(viii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável

de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração da Companhia não identificou indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **e. Benefícios a empregados: (ix) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(vii) Benefícios pós-emprego - Planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, em que a Companhia é coparticipadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido a cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. Os custos com contribuições mensais definidas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência O cálculo da obrigação de plano de médico é realizado anualmente por um atuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projetado. Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Arrendamentos: (xi) Ativos arrendados:** Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no Balanço Patrimonial da Companhia. **(xii) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuações sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **h. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: **•** Receita de juros; **•** Despesa de juros; **•** Despesas bancárias. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **j. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6(b)). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **k. Normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	71.293	61.790		
Variação do passivo atuarial de plano médico	423	(390)		
Resultado abrangente total	71.716	61.400		

efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Administração não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **Iniciativa de divulgação (alterações ao CPC 26/IAS 7):** As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 201